

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	195.509
Preferenciais	0
Total	195.509
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.538.623	1.492.951
1.01	Ativo Circulante	465.152	378.581
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.129	83.957
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.766	22.606
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	42.766	22.606
1.01.03	Contas a Receber	185.968	181.690
1.01.03.01	Clientes	185.968	181.690
1.01.04	Estoques	1.081	998
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.860	32.821
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	41.860	32.821
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	122.348	56.509
1.01.08.03	Outros	122.348	56.509
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	72.817	17.552
1.01.08.03.04	Outros créditos	49.531	38.957
1.02	Ativo Não Circulante	1.073.471	1.114.370
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	544.722	581.463
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.559	9.047
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.559	9.047
1.02.01.03	Contas a Receber	8.683	9.209
1.02.01.03.01	Clientes	8.683	9.209
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	527.480	563.207
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	10.824	11.799
1.02.01.09.05	Créditos Tributários	95.641	127.580
1.02.01.09.06	Depósitos e Cauções Vinculados	37.987	36.487
1.02.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	97.084	57.407
1.02.01.09.08	Contas a Receber da Concessão	285.296	274.526
1.02.01.09.09	Ativos financeiros setoriais	0	54.741
1.02.01.09.10	Outros Créditos	648	667
1.02.02	Investimentos	366	366
1.02.02.01	Participações Societárias	366	366
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	366	366
1.02.03	Imobilizado	6.006	6.332
1.02.04	Intangível	522.377	526.209
1.02.04.01	Intangíveis	522.377	526.209
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	252.759	250.854
1.02.04.01.02	Direito de Concessão	269.618	275.355

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.538.623	1.492.951
2.01	Passivo Circulante	382.398	357.318
2.01.02	Fornecedores	78.620	81.493
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	78.620	81.493
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	90.888	90.987
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	75.797	77.749
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	75.797	77.749
2.01.04.02	Debêntures	15.091	13.238
2.01.05	Outras Obrigações	212.890	184.838
2.01.05.02	Outros	212.890	184.838
2.01.05.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	34.065	35.648
2.01.05.02.06	Parcelamento de impostos	0	126
2.01.05.02.07	Benefício a Empregados -Plano de Pensão	16.402	16.402
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	5.639	5.349
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas - moeda nacional	2.835	825
2.01.05.02.10	Encargos de dívidas - moeda estrangeira	4.932	2.425
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	29.200	31.147
2.01.05.02.12	Encargos setoriais	26.697	27.825
2.01.05.02.13	Passivos financeiros setoriais	79.682	52.317
2.01.05.02.14	Outras contas a pagar	13.438	12.774
2.02	Passivo Não Circulante	761.027	810.200
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	576.752	620.331
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	540.752	584.331
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	106.408	109.732
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	434.344	474.599
2.02.01.02	Debêntures	36.000	36.000
2.02.02	Outras Obrigações	184.275	189.869
2.02.02.02	Outros	184.275	189.869
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.377	2.377
2.02.02.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	26.261	23.539
2.02.02.02.07	Benefício a Empregados -Plano de Pensão	108.757	105.408
2.02.02.02.08	Provisões para Riscos, Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	27.696	26.240
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	4.672	3.870
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	0	9.312
2.02.02.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	11.167	16.053
2.02.02.02.12	Outras contas a pagar	3.345	3.070
2.03	Patrimônio Líquido	395.198	325.433
2.03.01	Capital Social Realizado	382.898	382.898
2.03.02	Reservas de Capital	3.330	3.330
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	3.330	3.330
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	68.675	-1.090
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-59.705	-59.705

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	249.821	228.605
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-178.323	-164.530
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-123.117	-115.268
3.02.02	Encargos uso sist. trasnsm.distrib.	-15.269	-12.781
3.02.03	Pessoal e administradores	-7.735	-6.711
3.02.04	Entidade de previdência privada	-129	-152
3.02.05	Material	-1.589	-1.467
3.02.06	Serviços de terceiros	-5.012	-5.083
3.02.07	Depreciação e amortização	-6.938	-6.553
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-634	-342
3.02.09	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	-464	-655
3.02.10	Custo de construção	-15.797	-14.477
3.02.12	Outras	-1.639	-1.041
3.03	Resultado Bruto	71.498	64.075
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.389	-28.257
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.660	-28.020
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-8.354	-9.035
3.04.02.02	Entidade de previdência privada	-4.028	-3.289
3.04.02.03	Material	-374	-493
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-7.778	-6.526
3.04.02.05	Depreciação e amortização	-6.824	-5.869
3.04.02.07	Outras	-2.302	-2.808
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	362	432
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.091	-669
3.04.05.02	Outras	-1.091	-669
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.109	35.818
3.06	Resultado Financeiro	62.845	-63.022
3.06.01	Receitas Financeiras	24.040	21.593
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	4.083	958
3.06.01.02	Variação monet.e acresc.morat.energia	4.549	3.164
3.06.01.03	Atualização contas a receber da concessão - VNR	7.077	3.099
3.06.01.04	Atualização financeira CVA	8.052	13.104
3.06.01.05	Tributos s/ receita financeira	-1.433	0
3.06.01.06	Outras receitas	1.712	1.268
3.06.02	Despesas Financeiras	38.805	-84.615
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-9.512	-10.271
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	41.594	-63.070
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	557	259
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	557	108
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	38.193	-37.486
3.06.02.06	Marcação a mercado da dívida	-2.135	0
3.06.02.08	Atualização financeira CVA	-3.625	-14.301
3.06.02.09	Atualização PEE e P&D	-111	-75
3.06.02.10	Atualização contingência	-822	-666
3.06.02.11	Despesas bancárias	-681	-546

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.06.02.12	Despesa de Aval	-2.451	-2.246
3.06.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	-21.768	45.581
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-991	-1.902
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.954	-27.204
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.189	23.201
3.08.01	Corrente	-2.250	-8.888
3.08.02	Diferido	-31.939	32.089
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.765	-4.003
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.765	-4.003
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	356,83779	-20,47476
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	356,83779	-20,47476

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	69.765	-4.003
4.03	Resultado Abrangente do Período	69.765	-4.003

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	52.995	43.519
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.300	45.033
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	103.954	-27.204
6.01.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-51.953	66.675
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	464	655
6.01.01.04	Provisões p/ riscos trabalhistas, civis e fiscais	634	342
6.01.01.05	Depreciação e amortização	13.762	12.423
6.01.01.09	Instrumentos financeiros derivativos	21.768	-45.581
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	-38.193	37.486
6.01.01.12	Perda na alienação de bens do imobilizado	729	237
6.01.01.13	Marcação a mercado das dividas	2.135	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-305	-1.514
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	890	-33.227
6.01.02.02	Diminuição de ativos regulatórios	7.528	1.278
6.01.02.04	(Aumento) diminuição de estoques	-83	183
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-8.064	-4.949
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-1.500	-340
6.01.02.08	(Aumento) diminuição de outros créditos a receber	-11.284	4.630
6.01.02.09	(Diminuição) aumento de fornecedores	-5.034	6.664
6.01.02.11	Aumento de tributos e contribuições sociais	1.596	11.738
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.677	-12.001
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	290	2.602
6.01.02.16	Aumento de passivos regulatórios	14.428	12.338
6.01.02.17	Aumento de outras contas a pagar	3.605	9.570
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.755	-22.399
6.02.02	Aplicações no intangível e imobilizado	-12.246	-13.375
6.02.04	Aplicações Financeiras	-15.589	-9.456
6.02.06	Alienação de bens do imobilizado e intangível	1.080	432
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.068	4.713
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-5.602	-5.339
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-3.255	-4.042
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-30.085	34.123
6.03.05	Pagamentos de dividendos	0	-19.600
6.03.06	Parcelamento de impostos	-126	-429
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.828	25.833
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	83.957	45.254
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.129	71.087

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.898	3.330	0	-1.090	-59.705	325.433
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.898	3.330	0	-1.090	-59.705	325.433
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.765	0	69.765
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.765	0	69.765
5.07	Saldos Finais	382.898	3.330	0	68.675	-59.705	395.198

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	357.135	3.330	86.518	0	-61.110	385.873
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	357.135	3.330	86.518	0	-61.110	385.873
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-19.601	0	0	-19.601
5.04.06	Dividendos	0	0	-19.601	0	0	-19.601
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.003	0	-4.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.003	0	-4.003
5.07	Saldos Finais	357.135	3.330	66.917	-4.003	-61.110	362.269

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	384.944	329.129
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	368.692	314.616
7.01.02	Outras Receitas	362	432
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	16.354	14.736
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-464	-655
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-186.667	-172.553
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-151.189	-140.193
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.165	-13.754
7.02.04	Outros	-20.313	-18.606
7.03	Valor Adicionado Bruto	198.277	156.576
7.04	Retenções	-13.762	-12.423
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.762	-12.423
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	184.515	144.153
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.474	21.593
7.06.02	Receitas Financeiras	25.474	21.593
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	209.989	165.746
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	209.989	165.746
7.08.01	Pessoal	17.580	18.437
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.411	14.025
7.08.01.02	Benefícios	3.769	3.451
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.400	961
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	160.412	65.978
7.08.02.01	Federais	85.782	3.124
7.08.02.02	Estaduais	74.104	62.505
7.08.02.03	Municipais	526	349
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-37.768	85.334
7.08.03.01	Juros	-38.248	84.874
7.08.03.02	Aluguéis	480	460
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.765	-4.003
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	69.765	-4.003

Comentário do Desempenho

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2016

Aracaju, 13 de maio de 2016 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sergipe” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T16).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 737 mil clientes e uma população de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro trimestre de 2016 e 2015:

Descrição	1T16	1T15	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	384,5	327,9	+ 17,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	368,7	313,4	+ 17,6
Receita Operacional Líquida	249,8	228,6	+ 9,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	234,0	214,1	+ 9,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	41,1	35,8	+ 14,8
EBITDA	54,9	48,2	+ 13,9
EBITDA Ajustado	59,4	51,4	+ 15,6
Resultado financeiro	62,8	(63,0)	-
Lucro Líquido	69,8	(4,0)	-
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.538,6	1.461,2	+ 5,3
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	122,5	92,4	+ 32,6
Patrimônio Líquido	395,2	362,3	+ 9,1
Endividamento Líquido	613,2	584,2	+ 5,0
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	737,4	715,4	+ 3,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	632,1	659,5	- 4,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	958,0	940,3	+ 1,9
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,97	8,97	-
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	23,8	22,5	+ 1,3 p.p
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,1	2,4	+ 29,2

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

Comentário do Desempenho

2 Desempenho financeiro

2.1 Receita operacional bruta e líquida

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a Energisa Sergipe apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 368,7 milhões, ante R\$ 313,4 milhões registrados em 2015, um aumento de 17,6% (R\$ 55,3 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 9,3% (R\$ 19,9 milhões) no período, para R\$ 234,0 milhões.

Dentre os fatores que impactaram as receitas no 1T16 se destacam:

- A revisão tarifária extraordinária (RTE) de 8,0% concedida à Companhia em 27/02/2015, aliada ao reajuste tarifário anual, com efeito médio de 13,26% percebido pelos consumidores em 22 de abril do ano passado;
- Aumento das subvenções vinculadas aos serviços públicos, que no 1T16 foi de R\$ 22,8 milhões, contra R\$ 11,7 milhões no 1T15;
- Embora o número de consumidores cativos tenha apresentado um crescimento de 3,1%, as vendas de energia elétrica no mercado cativo caíram 4,2% (vide item 3 deste comentário de desempenho);
- Reversão contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 22,0 milhões, contra R\$ 12,4 milhões no 1T15;
- Aumento das subvenções vinculadas aos serviços públicos, que no 1T16 foi de R\$ 22,8 milhões, contra R\$ 11,7 milhões no 1T15;
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro no 1T16 foi de R\$ 23,8 milhões, contra R\$ 5,5 milhões em 2015.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo (R\$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	332,4	280,0	+ 18,7	+ 52,4
✓ Residencial	163,1	131,2	+ 24,3	+ 31,9
✓ Industrial	30,1	29,9	+ 0,7	+ 0,2
✓ Comercial	84,7	72,6	+ 16,7	+ 12,1
✓ Rural	10,1	8,7	+ 16,1	+ 1,4
✓ Outras classes	44,4	37,6	+ 18,1	+ 6,8
(+) Suprimento de energia elétrica	23,9	16,8	+ 42,3	+ 7,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	(2,4)	(0,7)	+ 242,9	- 1,7
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	13,1	10,4	+ 26,0	+ 2,7
(+) Receitas de construção	15,8	14,5	+ 9,0	+ 1,3
(+) Faturamento Bandeiras Tarifárias	-	6,3	-	- 6,3
(+) Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	(22,0)	(12,4)	+ 77,4	- 9,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	22,8	11,7	+ 94,9	+ 11,1
(+) Outras receitas	0,9	1,3	- 30,8	- 0,4
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	384,5	327,9	+ 17,3	+ 56,6
(-) Impostos sobre vendas	108,2	91,6	+ 18,1	+ 16,6
(-) Deduções Bandeiras tarifárias	0,1	-	-	+ 0,1
(-) Encargos setoriais	26,4	7,7	+ 242,9	+ 18,7
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	249,8	228,6	+ 9,3	+ 21,2
(-) Receitas de construção	15,8	14,5	+ 9,0	+ 1,3
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	234,0	214,1	+ 9,3	+ 19,9

Comentário do Desempenho

2.2 Ambiente regulatório

2.2.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 19,7 milhões, ante os R\$ 19,2 milhões registrados no mesmo período de 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

2.2.2 Evento subsequente às Informações Trimestrais de 31/03/2016 - Reajuste tarifário anual

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) deliberou por conceder reajuste nas tarifas de energia elétrica para a Energisa Sergipe, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 5,24%, a partir de 22 de abril de 2016, não tendo, portanto, nenhum efeito no trimestre findo em 31 de março de 2016, haja vista que a sua vigência ocorreu somente após o encerramento do 1T16.

A Aneel homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Sergipe pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 22,8 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

2.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 192,9 milhões em 2016, ante os R\$ 178,3 milhões em 2015, crescimento de 8,2% (R\$ 14,6 milhões). Desse total, as despesas controláveis cresceram 7,6% (R\$ 2,5 milhões), totalizando R\$ 35,3 milhões. As despesas não controláveis cresceram 8,1%, totalizando R\$ 138,4 milhões, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
1 Despesas controláveis	35,3	32,8	+ 7,6	+ 2,5
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	20,3	19,2	+ 5,7	+ 1,1
1.2 Material	2,2	2,0	+ 10,0	+ 0,2
1.3 Serviços de terceiros	12,8	11,6	+ 10,3	+ 1,2
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	138,4	128,0	+ 8,1	+ 10,4
3 Depreciação e amortização	13,8	12,4	+ 11,3	+ 1,4
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	1,1	1,0	+ 10,0	+ 0,1
5 Outras despesas/receitas	4,3	4,1	+ 4,9	+ 0,2
Subtotal	192,9	178,3	+ 8,2	+ 14,6
6 Custo de construção ^(*)	15,8	14,5	+ 9,0	+ 1,3
Total	208,7	192,8	+ 8,2	+ 15,9

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 69,8 milhões, ante o prejuízo líquido de R\$ 4,0 milhões registrados no mesmo período de 2015, crescimento de R\$ 73,8 milhões. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 59,4 milhões no 1T16, contra os R\$ 51,4 milhões apurados no 1T15, aumento de 15,6%.

Comentário do Desempenho

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
(=) Lucro Líquido	69,8	(4,0)	-	+ 73,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(34,1)	23,2	-	- 57,3
(-) Resultado financeiro	62,8	(63,0)	-	+ 125,8
(-) Depreciação e amortização	(13,8)	(12,4)	+ 11,3	- 1,4
(=) Geração de caixa (EBITDA)	54,9	48,2	+ 13,9	+ 6,7
(+) Receita de acréscimos moratórios	4,5	3,2	+ 40,6	+ 1,3
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	59,4	51,4	+ 15,6	+ 8,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	23,8	22,5		+ 1,3 p.p

2.5 Resultado financeiro e endividamento

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), o resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) refletiu os efeitos da valorização do real frente ao dólar, que culminou em uma variação de 8,9%. Já o CDI se manteve no mesmo patamar de dezembro do ano passado. Como parte destes efeitos, sobretudo da marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial, o resultado financeiro no 1T16 representou receitas financeiras líquidas de R\$ 62,8 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 63,0 milhões em igual trimestre do ano passado.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Sergipe totalizou R\$ 130,8 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e a Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Sergipe, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 691,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 613,2 milhões em 31 de março de 2016, ou seja, uma redução de 11,3%.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Sergipe em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2016	31/12/2015
Curto Prazo	144,3	141,8
Empréstimos e financiamentos	75,8	77,7
Debêntures	15,1	13,2
Encargos de dívidas	7,8	3,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	16,4	16,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	29,2	31,1
Longo Prazo	599,7	684,3
Empréstimos e financiamentos	540,8	584,3
Debêntures	36,0	36,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	108,8	105,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(85,9)	(41,4)
Total das dívidas	744,0	826,1
(-) Disponibilidades financeiras	122,5	115,6
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	15,2	8,7
(-) Créditos CVA	(6,9)	10,7
Total das dívidas líquidas	613,2	691,1

Comentário do Desempenho

3 Mercado de energia

No primeiro trimestre de 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão do Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 788,5 GWh, redução de 7,7% em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 0,3% no período. A energia total distribuída no 1T16 foi de 958,0 GWh, ante os 940,3 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Descrição	Trimestres		
	1T16	1T15	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	632,1	659,5	- 4,2
✓ Residencial	269,5	268,6	+ 0,3
✓ Industrial	64,4	76,9	- 16,3
✓ Comercial	138,1	144,9	- 4,7
✓ Rural	32,0	35,8	- 10,6
✓ Outras Classes	128,1	133,3	- 3,9
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	156,4	194,8	- 19,7
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	788,5	854,3	- 7,7
4 Suprimento de energia e não faturado	169,5	86,0	+ 61,3
5 Energia Total Distribuída (3+4)	958,0	940,3	+ 1,9

A Energisa Sergipe encerrou o 1T16 com 737.402 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,1% superior à registrada no 1T15. Já o número de consumidores livres totalizou 18 no fim de 31 de março de 2016.

Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energia Sergipe, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras. As perdas de energia elétrica da Energisa Sergipe se mantiveram no mesmo patamar de 2014, registrando 8,97%.

4 Investimentos

No 1T16, os investimentos da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 18,9 milhões, contra R\$ 14,2 milhões registrados no 1T15, crescimento de 33,1% no período.

5 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe nos primeiros três meses de 2016 foi de R\$ 244 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
período findo em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa SE”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 737.423 consumidores (informação não revisadas pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997 com a ANEEL, o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, por 30 anos, com vencimento em 23 de dezembro de 2027.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários periódicos, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 22, respectivamente.

Notas Explicativas

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto quanto a adoção do IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	1.919	4.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	69.210	79.918
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	57.482	19.106
Compromissada (1)	11.728	60.812
Total de caixa e equivalentes de caixa (2) - circulante	71.129	83.957

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2016 equivale a 110,35% do CDI (103,93% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas a 103,2% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

Notas Explicativas

5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	50.069	30.493
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.031	8.785
Compromissada (1)	159	180
Fundos de Investimentos (2)	1.140	1.352
Fundos de Investimentos Exclusivos (3)	40.667	20.105
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	7.633	3.788
Debêntures	15.516	6.955
Compromissadas	343	846
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial (DPGE)(4)	795	-
Títulos Públicos	3.094	-
Fundo de Renda Fixa	12.170	8.515
Letra financeira (LF)	1.116	-
Outros instrumentos	72	72
Mantidas até o vencimento	1.256	1.160
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (FIDC) (5)	1.256	1.160
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (6)	51.325	31.653
Circulante	42.766	22.606
Não Circulante	8.559	9.047

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas a 90% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo banco.

(2) Fundo de investimento - É classificado como renda fixa e é remunerado a 69,07% do CDI.

(3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 100,31% até 135,09% do CDI.

(4) Depósito a prazo com garantia especial - DPGE - com vencimento em 08/04/2016 e 18/04/2016.

(5) Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020.

(6) Inclui R\$10.658 (R\$11.390 em 31 de dezembro de 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de março de 2016 equivale a 110,35% do CDI (103,93% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

6. Consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 25.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão para devedores duvidosos (5)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		31/03/2016	31/12/2015
Valores correntes: (1)									
Residencial	22.720	-	27.481	2.958	82	3	(3.043)	50.201	45.427
Industrial	13.266	-	1.392	564	49	158	(158)	15.271	15.488
Comercial	29.682	-	5.571	583	333	34	(367)	35.836	35.577
Rural	2.448	-	3.017	770	-	-	-	6.235	5.566
Poder público	7.129	-	2.227	8	-	1	(1)	9.364	7.488
Iluminação pública	3.805	-	788	109	6	-	-	4.708	4.741
Serviço público	4.786	-	1.657	-	-	-	-	6.443	5.599
Fornecimento não faturado	25.125	-	-	-	-	-	-	25.125	27.568
(-) Arrecadação Processo Classificação	12.203	-	-	-	-	-	-	12.203	11.104
Valores renegociados:									
Residencial	953	1.462	699	240	260	4.675	(5.568)	2.721	2.979
Industrial	887	149	318	261	52	1.261	(1.644)	1.284	1.319
Comercial	884	8.569	584	50	60	1.566	(2.268)	9.445	9.282
Rural	51	71	21	6	6	52	(73)	134	121
Poder público	647	1.137	156	-	-	-	-	1.940	3.580
Iluminação pública	211	265	81	-	-	-	-	557	748
Serviço público	46	-	21	-	-	-	-	67	788
(-) Ajuste valor Presente (3)	(86)	(2.594)	-	-	-	-	-	(2.680)	(3.236)
Subtotal -clientes	124.757	9059	44.013	5.549	848	7.750	(13.122)	178.854	174.139
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	6.806	-	-	-	-	9.494	(1.272)	15.028	12.943
Outros (4)	1.477	-	-	-	-	-	(708)	769	3.817
Total	133.040	9.059	44.013	5.549	848	17.244	(15.102)	194.651	190.899
Circulante								185.968	181.690
Não Circulante								8.683	9.209

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

O saldo da conta de suprimento energia - moeda nacional em 31 de março de 2016, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$14.465 (R\$14.215 em 31 de dezembro de 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de março de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Notas Explicativas

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$2.345 (R\$3.231 em 31 de dezembro de 2015) referente a aquisição de energia na CCEE e aos encargos de serviços do sistema de R\$9.353 (R\$20.582 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	31/03/2016	31/12/2015
Créditos a vencer	6.806	6.556
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.272	1.272
	14.465	14.215
(-) Aquisição de energia na CCEE	(2.345)	(3.231)
(-) Encargos de serviços no sistema	(9.353)	(20.582)
	2.767	(9.598)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, 14,13% a.a. (14,14% em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante; e
- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (5) Provisão para créditos de devedores duvidosos - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos clientes, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Notas Explicativas

Segue movimentação ocorrida no período/exercício:

Movimentação das provisões	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial - 31/12/2015 e 31/12/2014	14.635	12.490
Provisões constituídas no período/exercício	7.882	2.739
Reversão de provisões no período/exercício	(7.415)	(594)
Saldo final- circulante - 31/03/2016 e 31/12/2015	15.102	14.635
Consumidores e concessionárias	15.102	14.635

7. Tributos a recuperar

	31/03/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	10.940	11.313
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (b)	2.294	2.583
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (c)	17.185	15.452
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL (c)	7.839	4.876
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	13.295	10.367
Outros	1.131	29
	52.684	44.620
Circulante	41.860	32.821
Não circulante	10.824	11.799

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 33 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica e efeitos relativos ao diferimento de PIS e COFINS sobre o fornecimento ao Poder Público e CVA.

8. Revisão e reajuste tarifário periódico

8.1 Reajuste tarifário anual:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.062 de 19 de abril de 2016, que aprovou o reajuste médio de 5,24%, a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2016.

8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A Aneel, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 8,0%.

Notas Explicativas

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

8.3 Revisão tarifária periódica:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013 com reajuste de 4,08% aplicados desde 22 de abril de 2013.

8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

Notas Explicativas

9. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Constituição	Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração				
Itens da Parcela A (i)								
Energia elétrica comprada para revenda	61.654	28.406	(31.327)	6.040	-	64.773	64.773	64.773
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.772	-	181	2	1.955	1.955	1.955
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	3.298	-	(2.718)	14	(594)	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.902	(460)	(170)	1.817	-	6.089	6.089	6.089
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	77	-	-	(77)	-	-	-
Exposição de submercados	1.086	-	(1.086)	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros	1.353	-	(933)	-	(420)	-	-	-
Total Ativo	72.293	29.795	(36.234)	8.052	(1.089)	72.817	72.817	72.817

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Constituição	Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração				
Itens da Parcela A (i)								
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	53	-	(55)	-	2	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	1.307	-	(18)	(594)	695	695	695
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	10.242	11.445	(6.242)	850	-	16.295	16.295	16.295
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A (iv)	1.509	-	(101)	50	(77)	1.381	1.381	1.381
Sobrecontratação de energia (ii)	49.825	4.144	(13.980)	1.645	-	41.634	41.634	41.634
Exposição de submercados	-	1.435	-	(64)	-	1.371	1.371	1.371
Outros itens financeiros	-	17.564	-	1.162	(420)	18.306	18.306	18.306
Total Passivo	61.629	35.895	(20.378)	3.625	(1.089)	79.682	79.682	79.682
Saldo líquido	10.664	(6.100)	(15.856)	4.427	-	(6.865)	(6.865)	(6.865)

Notas Explicativas

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

(iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

10. Outros Créditos

	31/03/2016	31/12/2015
Baixa renda (1)	5.825	5.331
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	18.284	17.597
Ordens de serviço em curso - outros	931	1.114
Adiantamentos	5.836	2.202
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	9.339	3.334
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.406	892
Despesas pagas antecipadamente	5.768	5.492
Outros	2.790	3.662
Total	50.179	39.624
Circulante	49.531	38.957
Não circulante	648	667

Notas Explicativas

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

(1) Baixa renda:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial (circulante) - 31/12/2015 e 31/12/2014	5.331	7.908
Subvenção Baixa Renda	8.698	32.069
Ressarcimento pela Eletrobrás	(8.204)	(34.646)
Saldo final (circulante)- 31/03/2016 e 31/12/2015	5.825	5.331

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial (circulante) - 31/12/2015 e 31/12/2014	3.334	14.832
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	14.143	27.479
Ressarcimento pela Eletrobrás	(8.138)	(39.844)
Atualização monetária (*)	-	867
Saldo final (circulante) - 31/03/2016 e 31/12/2015	9.339	3.334

(*) Conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015. Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de março de 2016, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de fevereiro a março de 2016, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensado no segundo trimestre de 2016.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Comissão aval (Despesa financeira) (2)	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa S/A	3.932	2.451	1.223
31/03/2016	3.932	2.451	1.223
31/03/2015	3.605	2.246	-
31/12/2015	-	-	1.148

(1) Os serviços contratados junto a Controladora Energisa S/A, referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

(2) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No período findo em 31 de março de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$173 (R\$181 em 31 de março de 2015) e da Diretoria foi de R\$368 (R\$384 em 31 de março de 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$78 (R\$69 em 31 de março de 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$138 (R\$128 em 31 de março de 2015).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março, foram de R\$44 e R\$2 (R\$41 e R\$2 em 31 de março de 2015), respectivamente. A remuneração média em 31 de março de 2016 foi de R\$15 (R\$14 em 31 de março de 2015).

Na AGO de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$6.010 (R\$5.463 para o exercício de 2015).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição sociais, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	31/03/2016	31/12/2015
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	97.757	108.379
Contribuição social sobre o lucro líquido	35.193	39.016
Total	132.950	147.395
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	27.433	14.570
Contribuição social	9.876	5.245
Total	37.309	19.815
Total líquido - ativo não circulante	95.641	127.580

Notas Explicativas

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	31/03/2016		31/12/2015	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Provisão ajuste atuarial	125.159	42.554	121.810	41.416
Provisões para riscos - contingências cíveis e trabalhistas	27.696	9.417	26.240	8.922
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	15.102	5.134	14.635	4.976
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	10.673	3.629	12.198	4.147
Variações cambiais passivas	192.573	65.475	235.364	80.024
Ajustes a valor presente	2.680	911	3.236	1.100
Ativos financeiros setoriais (CVA´s)	6.865	2.334	12.567	4.273
Outras adições temporárias	10.278	3.496	7.463	2.537
Marcação a mercado - derivativo	(56.717)	(19.283)	(10.207)	(3.471)
Marcação a mercado da dívida	(1.782)	(606)	(3.916)	(1.331)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(51.234)	(17.420)	(44.157)	(15.013)
Total - ativo não circulante	281.293	95.641	375.233	127.580

As realizações dos impostos diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de Créditos fiscais
2016	5.578
2017	13.936
2018	23.501
2019	13.220
2020	17.178
2021 a 2025	59.537
Total	132.950

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	103.954	(27.204)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(35.344)	9.249
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	1.128	13.634
Outros	27	318
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(34.189)	23.201
Alíquota efetiva	32,9%	-

(*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no período findo em 31 de março de 2016, no montante de R\$1.209 (R\$13.634 em 31 de março de 2015), registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07.

Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04 de março de 2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Notas Explicativas

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

13. Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 31 de março de 2016, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$7.077 (R\$3.099 em 31 de março de 2015) e Incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	31/03/2016	31/12/2015
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2015 e 31/12/2014	274.526	228.574
Adições no período/exercício (*)	4.164	30.440
Baixas no período/ exercício	(471)	(1.265)
Ativo financeiro custo histórico	278.219	257.749
Atualização do contas a receber da concessão - VNR (**)	7.077	16.777
Ativo financeiro custo corrigido - 31/03/2016 e 31/12/2015	285.296	274.526

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão;

(**) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14. Intangível e Imobilizado

	31/03/2016	31/12/2015
Intangível - Contrato de concessão	252.759	250.854
Direito de concessão	269.618	275.355
Imobilizado	6.006	6.332
Total	528.383	532.541

Notas Explicativas

a) Intangível - Contrato de concessão:

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2016
Intangível em Serviço						
Custo	787.596	-	5.206	(1.064)	-	791.738
Amortização Acumulada	(387.607)	-	-	455	(10.174)	(397.326)
Subtotal	399.989	-	5.206	(609)	(10.174)	394.412
Em Curso (*)	29.114	18.941	(5.206)	(5.189)	-	37.660
Total Intangível	429.103	18.941	-	(5.798)	(10.174)	432.072
Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	176.169	-	787	-	-	176.956
Amortização Acumulada	(59.267)	-	-	-	(2.445)	(61.712)
Subtotal	116.902	-	787	-	(2.445)	115.244
Em Curso	61.347	4.534	(787)	(1.025)	-	64.069
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	178.249	4.534	-	(1.025)	(2.445)	179.313
Total Intangível	250.854	14.407	-	(4.773)	(7.729)	252.759
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	12.311	-	-	-	-	12.311
Veículos	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	7.420	-	-	-	-	7.420
Total do imobilizado em serviço	19.817	-	-	-	-	19.817
Software	(15)	-	-	-	(1)	(16)
Máquinas e equipamentos	(8.358)	-	-	-	(262)	(8.620)
Veículos	(55)	-	-	-	(2)	(57)
Móveis e utensílios	(5.057)	-	-	-	(61)	(5.118)
Total Depreciação acumulada	(13.485)	-	-	-	(326)	(13.811)
Total do Imobilizado	6.332	-	-	-	(326)	6.006
Total Intangível e Imobilizado	257.186	14.407	-	(4.773)	(8.055)	258.765

(*) Do total das baixas realizadas no período findo em 31 de março de 2016 de R\$4.773, R\$4.164 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$609 referem-se a baixas operacionais realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 31 de março de 2016 a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,26 % (4,22% em 31 de dezembro de 2015).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em abril de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas, a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

Notas Explicativas

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor (1)	99.668	96.648
Participação da União - recursos CDE (2)	130.921	130.921
Participação do Governo do Estado (2)	43.094	43.094
Reserva para reversão (3)	301	301
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	12.445	10.931
(-) Amortização acumulada	(61.712)	(59.267)
Total	224.717	222.628
Alocação:		
Contas a receber da concessão	45.404	44.379
Infraestrutura - Intangível em serviço	115.244	116.902
Infraestrutura - Intangível em curso	51.624	50.416
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	12.445	10.931
Total	224.717	222.628

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais.

Até 31 de março de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$12.445 (R\$10.931 em 31 de dezembro de 2015), devendo ser amortizada a partir do próximo ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado:

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	31/03/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	15,55%	15,93%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade

Notas Explicativas

projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de março de 2016, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	31/03/2016	Redução do imposto de renda e contribuição social
2016 e 2017	40.158	13.655
2018 e 2019	45.892	15.603
2020 e 2021	45.892	15.603
2022 e 2023	45.892	15.603
2024 e 2025	45.892	15.603
2026 em diante	45.892	15.603
Total	269.618	91.670

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial - 31/12/2015 e 31/12/2014	275.355	295.055
Amortização no período/ exercício	(5.737)	(19.700)
Saldo final - 31/03/2016 e 31/12/2015	269.618	275.355

15. Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento:		
CCEE	2.345	3.231
Contratos Bilaterais (1)	52.680	44.142
Encargo do serviço de sistema (1)	9.353	20.582
Conexão à rede (1)	291	291
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	2.352	2.474
Materiais, serviços e outros (2)	13.976	13.150
	80.997	83.870
Circulante	78.620	81.493
Não Circulante	2.377	2.377

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

Notas Explicativas

16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes à eles relacionados, são como se segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	183.089	188.009
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	436.126	478.515
Encargos de dívidas - moeda nacional	2.835	825
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	4.932	2.425
(-) Custos a amortizar	(884)	(528)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(1.782)	(3.916)
Total	624.316	665.330
Circulante	83.564	80.999
Não Circulante	540.752	584.331

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (6)	Garantias (1)
	31/03/2016	31/12/2015					
FIDIC Grupo Energisa III	15.175	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	3,43%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	10.017	10.305	5,00% a.a. (Pré)	ago/26	Mensal	1,25%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	-	452	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	1,25%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	3.729	4.358	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	2,08%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB ⁽⁵⁾	2.959	3.460	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	2,88%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	11.459	12.297	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	2,10%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	17.728	19.033	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	2,43% a 2,91%	A
Repasse BNDES II - ABC	1.979	2.132	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.	fev/23	Mensal	3,91% a 4,16%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	15.361	15.250	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	4.107	4.078	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	3.129	3.107	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	11.540	11.154	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	3.086	2.982	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	2.351	2.272	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	13.043	13.817	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	2,61% a 2,86%	A
FINAME - Itaú BBA	18.325	18.902	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	0,63% a 8,70%	A
Nota Promissória - ABC	51.936	50.060	CDI + 2,00% a.a.	jun/16	Final	3,75%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(884)	(528)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	185.040	188.306					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	181.656	197.530	3,49% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-7,99%	A
Resolução 4131 - Citibank ⁽¹⁾	259.402	283.410	Libor +1,77% a 1,91% a.a.	abr/18	Final	-7,76% a -7,80%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(1.782)	(3.916)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	439.276	477.024					
Total Energisa Sergipe	624.316	665.330					

Notas Explicativas

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.559 (R\$9.047 em 31 de dezembro de 2015), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante e não circulante.

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 25).
- (3) A controladora Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$50.017, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$38.806, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de março de 2016, os índices foram cumpridos.

- (4) Os contratos possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de março de 2016, os índices foram cumpridos.
- (5) Considera Bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2016	31/12/2015
US\$ x R\$	-8,86%	47,01%
TJLP	1,88%	7,00%
SELIC	3,26%	13,32%
CDI	3,25%	13,24%
LIBOR	0,62%	0,29%
UMBNB	0,08%	0,06%

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	31/03/2016
2017	135.905
2018	323.007
2019	50.694
2020	17.204
Após 2020	13.942
Total	540.752

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	665.330	546.732
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	210.602
Custos Apropriados	(356)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(33.935)	217.104
Marcação a Mercado das Dívidas	2.134	(3.916)
Pagamento de principal	(5.602)	(268.555)
Pagamento de juros	(3.255)	(36.637)
Saldos em 31/03/2016 e 31/12/2015	624.316	665.330
Circulante	83.564	80.999
Não circulante	540.752	584.331

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	18	25	74	117
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	23	15	-	38
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	19	12	-	31
Banco ABC - repasse BNDES	14	18	26	58
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	42	56	93	191
Banco Itaú BBA - BNDES	59	79	311	449
Total	175	205	504	884

Notas Explicativas

17. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	3ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	30/10/2013
Data de vencimento	30/10/2019
Garantia	Quirografária
Rendimentos	115,5% do CDI
TIR (taxa efetiva de juros)	3,75%
Quantidade de títulos	60
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60
Carência de Juros	24 meses
Amortizações/parcelas	5 anuais
Saldos em 31/03/2016	51.091
Circulante	15.091
Não circulante	36.000
Saldos em 31/12/2015	49.238
Circulante	13.238
Não circulante	36.000

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março 2015, as exigências contratuais foram cumpridas, apurado no consolidado Energisa S/A.

Em 31 de março de 2016 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2016
2017	12.000
2018	12.000
2019	12.000
Total	36.000

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2014 e 31/12/2015	49.238	68.746
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	1.853	9.850
Pagamento de principal	-	(12.000)
Pagamento de juros	-	(17.358)
Saldos finais - 31/03/2016 e 31/12/2015	51.091	49.238
Circulante	15.091	13.238
Não circulante	36.000	36.000

Notas Explicativas

18. Tributos e contribuições sociais

	31/03/2016	31/12/2015
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	24.842	23.815
Encargos sociais	1.311	1.529
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	18.265	16.785
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	7.085	6.625
Contribuições ao PIS e a COFINS	7.894	9.192
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	489	674
Imposto sobre Serviços - ISS	160	166
Outros	280	401
Total	60.326	59.187
Circulante	34.065	35.648
Não circulante	26.261	23.539

19. Encargos setoriais

	31/03/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.918	9.175
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	330	518
Ministério de Minas e Energia - MME	165	295
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (*)	5.182	4.895
Programa de Eficiência Energética - PEE (*)	17.774	16.812
Total	31.369	31.695
Circulante	26.697	27.825
Não circulante	4.672	3.870

(*) Valores atualizados pela variação da taxa SELIC.

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são transferidos contra os recursos do programa.

Notas Explicativas

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	31/03/2016	31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2014 e 31/12/2015	18.746	7.494	26.240	21.462
Provisão para riscos	1.592	553	2.145	10.129
Reversões de provisões	(83)	(277)	(360)	(687)
Pagamentos	(825)	(325)	(1.150)	(6.850)
Atualização monetária	569	252	821	2.186
Saldos finais - 31/03/2016 e 31/12/2015	19.999	7.697	27.696	26.240
Depósitos e cauções vinculados (*)			(23.515)	(20.850)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$37.987 (R\$36.487 em 31 de dezembro de 2015). Desse total, R\$14.472 (R\$15.637 em 31 de dezembro 2015) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Perdas prováveis

Trabalhistas:

Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, incorporação da PL, indenizações decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional, complementação de adicional de periculosidade, adicional de credenciamento, divisor de 200, FGTS, outras verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por acidente de trabalho e verbas rescisórias.

Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos/queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, na condição de réu, em um montante total de R\$243.753 (R\$305.446 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

A redução refere-se, basicamente, a alteração de prognóstico, alteração de provisão e encerramento de processos existentes na base de ativos, conforme será detalhado adiante.

Trabalhistas:

As ações judiciais de natureza trabalhistas, na condição de réu, no montante de R\$19.272 (R\$21.687 em 31 de dezembro de 2015), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras,

Notas Explicativas

complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

A redução no período ocorreu em função de movimentação relacionada a encerramento de processos e alteração de prognóstico.

Cíveis:

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$41.542 (R\$49.058 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como de ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

A redução no período ocorreu em função de movimentação relacionada a encerramento de processos e alteração de prognóstico.

Fiscais

As ações de natureza fiscais, administrativas e tributárias, na condição de réu, no montante R\$182.939 (R\$234.701 em 31 de dezembro de 2015), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras. A variação no período ocorreu em função da atualização monetária.

A redução no período ocorreu principalmente em função do encerramento de processo fiscal, onde se discutia IRPJ/CSLL, com valor envolvido de R\$68.082.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$382.898 (R\$382.898 em 31 de dezembro de 2015) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

Notas Explicativas

22. Receita operacional

	31/03/2016			31/03/2015		
	Não revisado pelos auditores independentes		R\$	Não revisado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	665.281	269.467	163.098	644.374	268.615	131.169
Industrial	2.473	64.418	30.137	2.615	76.926	29.859
Comercial	42.447	138.104	84.685	42.040	144.908	72.608
Rural	19.560	32.002	10.093	18.843	35.785	8.731
Poder Público	5.521	35.631	17.754	5.558	35.932	14.720
Iluminação Pública	759	41.771	11.456	685	39.150	9.044
Serviço Público	1.264	49.803	15.146	1.208	57.377	13.812
Consumo Próprio	97	880	-	95	776	-
Subtotal	737.402	632.076	332.369	715.418	659.469	279.943
Suprimento	2	171.901	23.862	2	110.218	16.799
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(2.443)	(2.443)	-	(24.139)	(695)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	18	-	13.132	17	-	10.376
Faturamento Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	-	-	-	6.260
Receita de Construção (1)	-	-	15.797	-	-	14.477
Outras receitas operacionais	-	-	2.400	-	-	2.665
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(673)	-	-	(509)
(-) Excedente de Reativo	-	-	(841)	-	-	(717)
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(21.956)	-	-	(12.418)
Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	-	-	22.842	-	-	11.686
Total - receita operacional bruta	737.422	801.534	384.489	715.437	745.548	327.867
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	74.104	-	-	62.503
PIS	-	-	6.059	-	-	5.177
COFINS	-	-	27.908	-	-	23.844
ISS	-	-	96	-	-	70
Deduções Bandeiras Tarifárias (3)	-	-	85	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.170	-	-	1.071
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	23.755	-	-	5.526
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.170	-	-	1.071
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	321	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	134.668	-	-	99.262
Total receita operacional líquida	737.422	801.534	249.821	715.437	745.548	228.605

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do período de 31 de março de 2016 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

Notas Explicativas

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2016, foram de R\$19.724(R\$19.206 em 31 de março de 2015), tendo sido repassados a CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias o montante de R\$85 e recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$6.260 em 31 de março de 2015.

Para os meses de janeiro a março de 2016 e 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	31/03/2016	31/03/2015
Janeiro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016 (n° 583 de 4 de março de 2015)	1	936
Fevereiro	Despacho 797 de 30 de março de 2016 (n° 8.297 de 30 de março de 2015)	(8)	4.259
Março	Valor provisionado (*)	(78)	1.065
Total		(85)	6.260

(*) Despacho 1.061 homologado em 02 de maio de 2016

23. Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Energia de leilão	494.430	454.091	90.024	96.528
Energia bilateral	32.143	31.788	10.101	7.579
Cotas de Angra REN 530/12	27.699	27.873	5.603	4.436
Energia de curto prazo - CCEE	-	50.506	4.875	31.243
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	348.941	279.889	18.737	8.655
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	15.931	15.777	5.063	3.626
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(25.958)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(11.286)	(10.841)
Total	919.144	859.924	123.117	115.268

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.958

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

Notas Explicativas

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Premio anual
			31/03/2016 e 31/12/2015
Riscos Operacionais	23/10/2016	38.000	117
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	178
Frota - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2016	Até 360 /veículo	99
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	54.944	154
			548

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	71.129	71.129	83.957	83.957
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	51.325	51.325	31.653	31.653
Consumidores e concessionárias	2	194.651	194.651	190.899	190.899
Ativos Financeiros Setoriais	2	72.817	72.817	72.293	72.293
Contas a Receber da Concessão	3	285.296	285.296	274.526	274.526
Instrumentos financeiros derivativos	2	97.084	97.084	57.407	57.407
PASSIVO					
Fornecedores	2	80.977	80.977	83.870	83.870
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas.	2	675.407	677.994	714.568	714.999
Instrumentos financeiros derivativos	2	40.367	40.367	47.200	47.200
Passivos Financeiros Setoriais	3	79.682	79.682	61.629	61.629

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R\$11.504, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 2015, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativos financeiros setoriais líquidos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas Explicativas

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 31 de março de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$2.134 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Notas Explicativas

• Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Uso de Estimativa: Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Dívida (a)	675.407	714.568
Caixa e equivalentes de caixa	(71.129)	(83.957)
Dívida líquida	604.278	630.611
Patrimônio líquido (b)	395.198	325.433
Índice de endividamento líquido	1,53	1,94

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		79.026	-	-	-	2.377	81.403
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,61%	78.829	42.835	631.585	89.814	15.835	858.898
Total		157.855	42.835	631.585	89.814	18.212	940.301

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	71.129	83.957
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	51.325	31.653
Consumidores e concessionárias	194.651	190.899
Ativos Financeiros Setoriais	72.817	72.293
Conta a receber da concessão	285.296	274.526
Instrumentos financeiros derivativos	97.084	57.407

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 25.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Notas Explicativas

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2016, com queda de 8,9% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,5589/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2016 era de 22,96%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2016, de R\$676.291 (R\$715.096 em 31 de dezembro de 2015), R\$439.276 (R\$477.024 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16 e 17. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, abr/18 e mai/19, e custo de até 3,49% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2016 R\$97.084 (R\$57.407 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante, R\$29.200 (R\$31.147 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$11.167 (R\$16.053 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		2017	2018	
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	50.000	Libor + 1,91%	103,50% CDI	19/04/2018	-	3,3100 (abr)	Não Aplicável
Resolução 4131 - Citibank	22.314	Libor + 1,71%	CDI + 1,85%	28/05/2019	-	-	Fair Value Hedge

Neste sentido, no primeiro trimestre de 2016, a administração da Companhia excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2017 e 2018 do swaps associado ao empréstimo 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2017 e 2018. Os limitadores do swap que foram eliminados podem ser vistos no quadro abaixo:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		2017	2018	
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,105%	108,95% CDI	17/04/2018	3,1100 (abr)	3,3000 (abr)	Não Aplicável

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	179.530	392.466
Swap Cambial com opções	155.500	255.500	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(160.973)	(266.670)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(44.522)	(128.514)
			Posição Total Swap Com Opções	(25.965)	(2.718)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	170.000	70.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(262.475)	(83.373)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	264.283	86.436
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	170.000	70.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(181.602)	(73.511)
			Posição Líquida Swap	82.681	12.925
			Posição Líquida Dívida + Swap	(179.794)	(70.448)

(*) De acordo com a norma contábil, os empréstimos objetos de Fair Value Hedge são ajustados a valor presente desconsiderando o efeito da taxa Libor.

O Valor Justo dos derivativos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Notas Explicativas

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-179.530		-170.894	-213.618	-256.341
Variação Dívida			8.636	-34.087	-76.811
Swap Cambial com opções					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	179.530		170.894	213.618	256.341
Variação - USD e LIBOR			-8.636	34.087	76.811
Posição Passiva					
		Alta US\$			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	-160.973		-160.973	-160.973	-160.973
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Opções de Moeda Estrangeira - USD	-44.522		-35.904	-71.686	-110.414
Variação - Opções de Moeda Estrangeira			8.618	-27.163	-65.892
Subtotal	-25.965		-25.983	-19.041	-15.046
Total Líquido	-25.965		-17.347	-53.129	-91.857
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-264.283		-257.070	-321.338	-385.606
Variação Dívida			7.213	-57.005	-121.323
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	264.283		257.070	321.288	385.606
Variação - USD e LIBOR		Alta US\$	-7.213	57.005	121.323
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	-181.602		-181.602	-181.602	-181.602
Subtotal	82.681		75.468	139.686	204.004
Total Líquido	82.681		82.681	82.681	82.681
Total Geral	56.716		65.335	29.553	-9.176

(*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$3,5589 no cenário provável, R\$4,4486 no cenário 25% e R\$5,3384 no cenário 50%.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de

Notas Explicativas

março de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$65.335 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$29.553 e negativo de R\$9.176, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

A Energisa Sergipe não possui instrumentos financeiros derivativos indexados a taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 3,25%, TJLP = 7,5% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	120.535	Alta CDI	17.176	21.470	25.764
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(342.575)	Alta CDI	(48.817)	(61.021)	(73.225)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(118.203)	Alta CDI	(16.844)	(21.055)	(25.266)
	(58.307)	Alta TJLP	(4.373)	(5.466)	(6.559)
	(16.976)	Alta SELIC	(2.419)	(3.024)	(3.629)
Subtotal (**)	(536.061)		(72.453)	(90.566)	(108.679)
Total (Perdas)	(415.526)		(55.277)	(69.096)	(82.915)

(*) Considera o CDI de 31 de março de 2017 (14,25 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2016, TJLP 7,5%, FNE 8% e Selic 14,25% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 43.528.

26. Benefícios a empregados

26.1. Contexto

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pela Energisa SE tem como “veículo financeiro” a INERGUS - Instituto Energipe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

26.2. Sumário dos planos de benefícios

Plano de Benefícios Definido - BD

O plano de benefício previdenciário mantido pela Companhia nesta modalidade, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desse plano, a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes.

Notas Explicativas

2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa SE com o respectivo fundo patrocinado - INERGUS. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de Contribuição Definida

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 31 de março de 2016, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$4.155 (R\$3.441 em 31 de março de 2015).

Uso de estimativa: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

26.3. Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 31 de março de 2016 as despesas com esse benefício foram de R\$1.468 (R\$1.267 em 31 de março de 2015).

Notas Explicativas

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*) - R\$ mil						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	351.032	409.151	411.090	418.602	397.219	7.321.511

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de março de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

28. Informações adicionais ao fluxo de caixa

No período findo em 31 de março de 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2016	31/03/2015
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	4.164	4.760
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	7.077	3.099
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	3.915	1.754
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	3.915	1.754
Aquisição de intangível com pagamento de recursos FINAME	-	1.320
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos para aquisição de equipamentos FINAME	-	1.320

29. Eventos subsequentes

Aumento de capital

Em AGE de 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$17.575, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital incentivo fiscal - redução do imposto de renda, passando o capital social a ser de R\$400.475.

Contratações empréstimos

. Contratação de empréstimo celebrado com o Citibank, no montante de R\$40.299, com vencimento em 26 de abril de 2019, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 2,16% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 04 de abril de 2016 a 26 de abril de 2019.

. Contratação de empréstimo celebrado com o Itau BBA, no montante de R\$23.200, com vencimento em 04 de abril de 2018, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 4,53% a.a. Possui contrato de swap com vigência entre 04 de abril de 2016 a 04 de abril de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.

Aracaju - SE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não se aplica à Companhia.